

RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA PARANAENSE*

Margarete Lermen Scheibe

Graduada em Ciências Contábeis pela
Universidade do Oeste do Paraná
margarete_ls@yahoo.com.br

Dione Olesczuk Soutes

Doutoranda em Controladoria e Contabilidade pela
Universidade de São Paulo-FEA/USP
Professora do Departamento de Contabilidade da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
dioneosoutes@gmail.com

RESUMO

O Balanço Social é composto por quatro vertentes que são: ambiental, econômica, gestão de pessoas, e benefícios gerados à sociedade em geral. A presente pesquisa teve como objetivos (a) evidenciar as similaridades e divergências entre os modelos de relatórios do GRI-*Global Reporting Initiative*, do IBASE e do Instituto Ethos, (b) preencher o relatório dos indicadores de responsabilidade social do Instituto Ethos, e, (c) verificar se a COPAGRIL demonstra responsabilidade social. O roteiro do Instituto Ethos foi o selecionado, por enfatizar, em maior grau, a ética e a transparência empresarial, além de também apresentar dados sobre a parte ambiental, socioeconômica e pessoal. Esta pesquisa se caracteriza como estudo de caso, classificada como exploratória. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas e preenchimento, por parte da empresa, do roteiro de relatório do Instituto Ethos. Quanto à questão da pesquisa, a empresa elabora e divulga o Balanço Social, porém utiliza-se do modelo proposto pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná-OCEPAR. Os resultados encontrados apontam que a empresa, está consciente de sua responsabilidade para com o meio ambiente, com a situação econômica da empresa, e também com os benefícios proporcionados para a sociedade local.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade; Responsabilidade Social; Balanço Social.

SOCIAL RESPONSABILITY: A CASE STUDY IN ONE COOPERATIVE SOCIETY FROM PARANA

ABSTRACT

The Social Balance Sheet is composed of four parts: environmental, economic, personnel management and benefits to society in general. The present study had as objectives: (a) to evidence the similarities and divergences among the reporting models proposed by GRI-*Global Reporting Initiative*, IBASE and the Ethos Institute; (b) to fill the social responsibility indicators report of the Ethos Institute; and (c) to verify whether COPAGRIL shows social responsibility. The Ethos Institute itinerary was chosen because it strongly emphasizes business ethics and transparency, in addition to showing data on environmental, socioeconomics and professional aspects. This research is characterized as case study and classified as exploratory. Data collection was made through interviews, and the Ethos Institute itinerary was filled out by COPAGRIL employees. Regarding the research question, the enterprise compiles and reports the social balance, but uses the model proposed by OCEPAR - Organization of Cooperatives of Paraná State. The findings reveal that the enterprise is aware of its responsibility to the environment, with the company's economic situation, and also with the benefits created for local society.

Keywords: Accounting; Social Responsibility; Social Balance Sheet.

* Trabalho apresentado no V congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, nos dias 24 e 25 de Julho de 2008.

1 INTRODUÇÃO

O tema responsabilidade social ocupa hoje grande espaço na produção acadêmica, na mídia e nos negócios, prova disto são os inúmeros trabalhos apresentados em eventos científicos das mais diversas áreas do conhecimento, como por exemplo: Congresso USP de Contabilidade, EnANPAD, entre outros. Contudo, torna-se oportuno lembrar que seu conceito é complexo e que a busca por sua definição ainda está em curso (CIPOLA *et al*, 2008).

De acordo com Luca (1998), foi na década de 1960, nos Estados Unidos, que a sociedade americana começou a questionar a responsabilidade das empresas junto à sociedade. Foi a guerra no Vietnã que deixou visível as necessidades da população, transformando suas ideologias e prioridades. Segundo aquela autora (1998), naquela mesma época, surgiram movimentos sociais na Europa, principalmente na França, que solicitavam informações sobre condições de trabalho, sendo este o primeiro país a elaborar e a publicar o Balanço Social.

No Brasil os primeiros relatórios publicados foram na década de 1980 e não havia um modelo a ser seguido. Kroetz (2000) relata que, em 1997 Herbert de Souza (Betinho, 1935-1997) lançou uma campanha nacional pedindo a publicação do Balanço Social e justificando a necessidade de adequação dos modelos internacionais à realidade brasileira.

Cipola *et al* (2008) afirma que "Definir o balanço social é um objetivo em permanente construção devido às várias interpretações [...] que o mesmo possui. Por conter várias informações destinadas aos mais diversos públicos, como o governo, a comunidade, os trabalhadores, pesquisadores e formadores de opinião." Pelo fato destes grupos serem tão heterogêneos e com interesses difusos o conjunto de informações a ser oferecido é consideravelmente amplo.

Considerando-se a heterogeneidade de usuários e os interesses difusos dos mesmos, algumas instituições propuseram alguns modelos, dentre as quais pode-se citar: IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas; Instituto Ethos; GRI - *Global Reporting Initiative*, entre outros. Cada instituição propôs um modelo visando atender a um nicho específico de usuários ou de informações.

A presente pesquisa teve por objetivos: (a) evidenciar similaridades e divergências entre os três modelos

de relatórios escolhidos; (b) preencher o relatório dos indicadores de responsabilidade social do Instituto Ethos e (c) verificar se a empresa objeto do estudo demonstra compromisso com a responsabilidade social; e foi conduzida pela questão: *A empresa analisada demonstra compromisso com a responsabilidade social de acordo com os indicadores do Instituto Ethos?*

Como a empresa objeto de estudo é uma cooperativa de produtores agropecuários, sendo a maioria deles pequenos produtores, o relatório Ethos fora o escolhido para o desenvolvimento deste trabalho, por demonstrar grande preocupação com os valores éticos, além da necessidade de preservação do Meio Ambiente e distribuição dos recursos adicionados.

Todo trabalho científico requer uma estruturação passível de comprovação e teste. Para tanto, faz-se mister esclarecer alguns conceitos, estabelecer o tipo de pesquisa, os procedimentos técnicos seguidos, a estratégia para a coleta dos dados, a análise dos mesmos para se chegar à conclusão, além de evidenciar as limitações da pesquisa. Segundo Beuren *et al*. (2006), a classificação da pesquisa é desenvolvida a partir dos objetivos, dos procedimentos e da abordagem do problema.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é caracterizada como exploratória; quanto aos procedimentos, classifica-se como estudo de caso; e no que tange a abordagem do problema, por não envolver dados estatísticos ou valores, a pesquisa é caracterizada como qualitativa.

A coleta de dados se deu através de: (1) entrevista realizada em setembro de 2007; (2) análise do formulário padrão do Instituto Ethos, o qual foi preenchido por funcionários da empresa; e (3) informações retiradas das demonstrações contábeis da empresa e outras informações obtidas no site desta, as quais visavam confirmar as obtidas com a entrevista e o formulário do Instituto Ethos.

O presente artigo está subdividido em cinco tópicos, sendo que neste primeiro são apresentados: a justificativa da pesquisa, os objetivos da mesma e a metodologia adotada no transcorrer da pesquisa. O Tópico 2 traz o referencial teórico observado no desenvolvimento da pesquisa empírica. O terceiro tópico apresenta os resultados obtidos, bem como sua análise. No quarto tópico são apresentadas as conclusões. O último tópico evidencia as referências citadas no corpo deste.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

A Contabilidade é uma ciência social que estuda o Patrimônio das empresas sob aspectos quantitativos e qualitativos, a fim de gerar informações relevantes e consistentes para os usuários internos e externos, com enfoque no passado, presente e futuro, para proporcionar uma gestão adequada e próxima da realidade (KROETZ, 2000). Conforme Kraemer (2007), "A contabilidade está se movendo rapidamente na direção do bem estar social."

A sociedade possui os mais variados tipos de usuários, possuindo cada um, interesses e objetivos próprios. Os *Stakeholders*, partes interessadas, buscam na Contabilidade a utilidade, a relevância e a confiabilidade da informação para sentirem-se seguros na tomada de decisão.

Tinoco (2006) cita que, "um dos grandes problemas centrais com que nos deparamos em contabilidade é o de estabelecer o que é relevante e o que é útil e para quem e em que situações é ou não relevante e útil". Desta maneira, há muito que desenvolver para aprimorar as informações, para cada um dos usuários.

A Contabilidade Social vem sendo cada vez mais difundida e valorizada, pois evidencia para a população informações sobre produtividade, geração de empregos, preocupação com o meio ambiente, geração de tributos, valor adicionado pela empresa, entre outros, bem como deficiências e necessidades que envolvem as empresas. Ou seja, a "Contabilidade Social objetiva o fornecimento de informações que auxiliam na tomada de decisões, ela preocupa-se com a medição ou quantificação dos agregados macroeconômicos" (SANTOS, 2003).

2.2 Responsabilidade Social das Empresas

Martins (1997 *apud* SANTOS, 2003), entende a responsabilidade social:

Esta [a empresa] consome recursos naturais, renováveis ou não, direta ou indiretamente, que são enorme patrimônio gratuito da humanidade; utiliza capitais financeiros e tecnológicos que, no fim da cadeia, pertencem as pessoas físicas e, conseqüentemente, à sociedade; também utiliza capacidade de trabalho da sociedade, finalmente, subsiste em função da organização do Estado que a sociedade lhe viabiliza como parte

das condições de sobrevivência. Assim, a empresa gira em função da sociedade e do que a ela pertence, devendo, em troca no mínimo prestar-lhe contas da eficiência com que usa todos esses recursos.

Observa-se que a sociedade vem a ser a proprietária dos recursos naturais de que as organizações fazem uso sem ter que pagar por isso. Porém, as organizações devem utilizar o bom senso para administrar o patrimônio público e saber utilizá-lo de modo ético e eficaz para manter sua preservação e recuperação. O acompanhamento deste uso pela sociedade se dá através da análise dos relatórios de indicadores sociais.

Segundo a Comissão das Comunidades Europeias (2001), as práticas socialmente responsáveis atingem duas dimensões, que são internas e externas. A interna relaciona-se com a gestão do capital humano e ambiental, enquanto que a externa se relaciona com a sociedade de modo geral, ultrapassando a esfera empresarial.

A Comissão das Comunidades Europeias (2001) destaca que a responsabilidade social não se restringe apenas ao cumprimento legal, mas "implica em ir mais além através de um 'maior' investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais".

Ainda, conforme aquela Comissão, o socialmente responsável não pode ser substituto da obrigação legislativa de direitos sociais e de normas ambientais, é ir além da postura legal de gestão empresarial.

Wissmann (2006) afirma que a responsabilidade pode ser representada por obrigatoriedade e por espontaneidade. A primeira é regida por leis, enquanto que a segunda visa o desenvolvimento de atividades por iniciativa própria e de forma voluntária para o benefício social, não sendo regida por nenhuma exigência.

2.3 Balanço Social

O Balanço Social é um demonstrativo gerencial dos recursos que a empresa investe na sociedade, e, conseqüentemente, a sociedade reinveste estes mesmos recursos na empresa que está comprometida com o meio social. Para Kroetz (2000), o Balanço Social vem a ser

[...] uma demonstração que permite identificar e demonstrar os impactos recebidos e causados pela entidade em relação aos ambientes social e

ecológico. Procurando não só identificar a qualidade das relações organizacionais com seus empregados, com a comunidade e com o meio ambiente, como quantificá-las.

De acordo com Luca (1998), "Balanço social vem a ser um instrumento que permite a visualização da relação empresa no âmbito social, quais os resultados que ocorrem na sua reciprocidade."

Kroetz (2000) afirma que as empresas precisam desenvolver um diálogo social qualitativo e quantitativo com a comunidade, buscando atingir todos os elementos necessários e exigidos pela sociedade; e, segundo Esteves *et al.* (2007), com critérios relevantes, confiáveis, comparáveis com outras empresas do mesmo ramo, o qual seja apresentado em intervalos regulares de tempo e de forma transparente e clara, comprometendo-se, desta forma, com o desenvolvimento e aprimoramento do meio social.

O Balanço Social tem o objetivo de tornar público o que a empresa faz para a sociedade, visa demonstrar a ética empresarial e humana, e ainda, permitir uma relação mais próxima com a sociedade.

De acordo com Carvalho, citado por Kroetz (2000), o Balanço Social deve ser apresentado com certos limites, para que evite atingir a privacidade da empresa, apresentar informações de essencial importância para a mesma, comprometer a eficácia e continuidade da organização, bem como publicar informações subjetivas, as quais prejudicam a análise e a tomada de decisões. E ainda, precisa ser uniforme e consistente para auxiliar na comparação de várias publicações em diversos anos, e, as informações devem e precisam ser qualitativamente apresentadas e demonstrar gastos concernentes aos benefícios da informação.

Segundo FIPECAFI (2003), o Balanço Social possui quatro vertentes que se complementam e demonstram "[...] o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida.". As vertentes são: (1) Balanço Ambiental, refere-se aos gastos e investimentos feitos para preservação, proteção e recuperação dos recursos naturais; (2) Balanço de Recursos Humanos, evidencia a força de trabalho, remuneração e benefícios concedidos e gastos junto a sociedade em que está inserida; (3) Demonstração do Valor Adicionado, evidencia o que a empresa agrega de valor à economia local, e a distribuição desta riqueza ou valor; (4) Benefícios Sociais em geral, evidencia as contribuições da empresa para o desenvolvimento da sociedade.

Aquele autor refere-se ao Balanço Social como um demonstrativo da responsabilidade da empresa, prestando contas à sociedade sobre o patrimônio público que ela usufrui, o qual é constituído de recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir o que a sociedade lhe oferece.

2.4 Modelos de Balanço Social

Os modelos apresentados a seguir são: do *Global Reporting Initiative* - GRI, Roteiro do Instituto Ethos e modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, sendo que os dois últimos foram desenvolvidos no Brasil.

2.4.1 Modelo do *Global Reporting Initiative* - GRI

O GRI, uma organização não governamental internacional, teve início em 1997, em Amsterdã, na Holanda, e busca desenvolver um modelo de Balanço Social que dissemina "[...] globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizadas voluntariamente por empresas do mundo todo". Este órgão vem focando as atividades para o "[...] desenvolvimento de um padrão de relatório que aborde os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental", conferindo a este "[...] a mesma utilidade e seriedade dos relatórios e balanços financeiros," e que sejam "[...] tão rotineiros e passíveis de comparação como os relatórios financeiros" (GRI, 2007). O modelo conhecido como GRI3, está na terceira geração e a mais atual foi desenvolvida em 2006.

O relatório do GRI (2002 *apud* DIAS *et al.*, 2006) possui estrutura que atende três perspectivas: a econômica, a ambiental e a social, sendo que sua perspectiva econômica é englobar todas as vertentes propostas pelo FIPECAFI. Para o GRI (2007) e Adams (2004 *apud* DIAS *et al.*, 2006), o modelo "[...] busca o equilíbrio nas complexas relações atuais entre estas três perspectivas de modo a não comprometer o desenvolvimento futuro e alcançar a sustentabilidade, daí o termo 'relatório de sustentabilidade' para designar este relatório."

O modelo de relatório, conforme proposto pelo GRI (2007), apresenta os indicadores de Desempenho composto por informações "[...] qualitativas e quantitativas sobre consequências ou resultados associados à organização que sejam comparáveis e demonstrem mudança ao longo do tempo." Estes indicadores são subdivididos em essenciais e adicionais.

Indicadores essenciais são aqueles "[...] identificados nas diretrizes da GRI como de interesse da maioria

dos *stakeholders* e considerados relevantes" (GRI, 2007). Já os indicadores adicionais, são aqueles "[...] identificados nas Diretrizes da GRI, que representam práticas emergentes ou tratam de temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas em geral não o são para a maioria".

Este modelo aborda os indicadores de desempenho econômico, ambiental, direitos humanos, social, responsabilidade por produto e práticas trabalhistas e trabalho decente.

O indicador ambiental é o mais explorado neste modelo, porém apresenta outros indicadores, os quais acabam por complementar o relatório a fim de obter um equilíbrio com a apresentação de qualidade da informação.

2.4.2 Modelo do IBASE

Este modelo de relatório foi lançado, em 1997, pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e o Instituto IBASE, e foi elaborado em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas com o objetivo de estimular as empresas a divulgarem seu relatório, independente de seu tamanho e setor (IBASE, 2007).

A partir de então, o IBASE vem implementando o modelo e desenvolvendo modelos para grupos específicos de empresas, como as cooperativas.

O modelo de relatório proposto pelo IBASE subdivide-se em: (1) Indicadores do Corpo Funcional; (2) Indicadores de organização e gestão; (3) Indicadores econômicos; (4) Indicadores sociais internos; e (5) Indicadores sociais externos - investimentos na comunidade.

2.4.3 Roteiro do Instituto Ethos

Conforme Dornelas (2005 *apud* BERNARDO *et al*, 2006), foi no ano de 1998 que:

[...] O Instituto serve como ponte entre os empresários e as causas sociais. O objetivo do instituto é disseminar a prática social por meio de publicações, experiências vivenciadas, programas e eventos para seus associados e para os interessados em geral. Assim a instituição procura contribuir com o desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável e incentivando a formação de uma nova cultura empresarial baseada na ética, princípios e valores. Em 1999, a adesão ao movimento social se refletiu com 68 empresas publicando seu Balanço Social no Brasil.

Conforme o Instituto Ethos (2007), seu objetivo é fornecer um auto-diagnóstico mais preciso e aprofundado, e desde 1999 vem desenvolvendo indicadores específicos para atender cada setor empresarial e com isto "avaliar as oportunidades e desafios típicos de seu setor de atuação".

O roteiro proposto pelo Instituto Ethos possui as seguintes subdivisões: (1) Valores, Transparência e Governança; (2) Público Interno; (3) Meio Ambiente; (4) Fornecedores; (5) Consumidores e Clientes; (6) Comunidade; e (7) Governo e Sociedade.

2.4.4 Similaridades e divergências entre os modelos

O Quadro 1 apresenta algumas similaridades e divergências dos três modelos de Balanço Social apresentados anteriormente.

Preocupações com	GRI	IBASE	ETHOS
Adoção e abrangência de valores e princípios éticos			X
Eficácia na disseminação dos valores e princípios éticos da empresa			X
Estrutura organizacional e práticas de governança	X		X
Políticas de relacionamento com a concorrência	X		X
Impactos causados sobre distintos grupos da sociedade	X		X
Elaboração de relatório sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais	X	X	X
Participação de empregados em sindicatos			X
Envolvimento dos empregados na gestão	X		X
Tratamento da questão do combate ao trabalho infantil			X
Contribuição para o desenvolvimento infantil no país e compromisso com os direitos das crianças			X
Combate a todas as formas de discriminação negativa e de valorizar as oportunidades oferecidas pela riqueza da diversidade de nossa sociedade	X		X
Formação de nossa sociedade considerar as desvantagens históricas e persistentes que caracterizam a situação da população negra	X		X

Preocupações com	GRI	IBASE	ETHOS
Cooperação no combate ao preconceito e a ampliação das chances da mulheres no mercado de trabalho e sua capacitação para funções especializadas	X		X
Relações com os trabalhadores terceirizados e/ou fornecedores desses serviços		X	X
Política de remuneração, benefícios e carreira	X	X	X
Assegurar boas condições de trabalho, saúde e segurança	X	X	X
Desenvolver seus recursos humanos	X	X	X
Conduzir processos demissionais	X		X
Preparar seus empregados para a aposentadoria			X
Percentual e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	X		
Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	X		
Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	X		
Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	X		
Responsabilidade nos impactos ambientais resultantes de suas atividades	X		X
Conscientização da população quanto aos desafios ambientais decorrentes da atividade humana e cultivar valores de responsabilidade ambiental	X		X
Consideração nos impactos ambientais causados por seus processos, produtos ou serviços	X	X	X
Conservação e exploração ilegal e predatória das florestas e proteger a biodiversidade	X		X
Objetiva prevenir e reduzir danos ambientais e otimizar processos	X		X
Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas	X		
Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	X		
Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com <i>habitats</i> em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção	X		
Percentual de produtos e embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos	X		
Regular suas relações com fornecedores e parceiros	X		X
Evitar trabalho infantil na cadeia produtiva	X		X
Evitar trabalho forçado ou análogo ao escravo na cadeia produtiva	X		X
Desenvolvimento de fornecedores de igual ou menor porte			X
Política de comunicação comercial de uma imagem de credibilidade e confiança	X		X
Compromisso com a qualidade dos serviços de atendimento ao consumidor/cliente	X		X
Conhecimento e gerenciamento dos danos potenciais de seus produtos e serviços	X		X

Quadro 1 - Similaridades e divergências dos modelos

Fonte: Elaborado pelos autores

Através da análise do Quadro 1 pode-se perceber que os três modelos de relatórios apresentados anteriormente demonstram preocupação (1) com a elaboração de relatório sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais; (2) com a política de remuneração, benefícios e carreira; (3) em

assegurar boas condições de trabalho, saúde e segurança; (4) em desenvolver seus recursos humanos; (5) com os impactos ambientais causados por seus processos, produtos ou serviços; bem como (6) com os impactos na vida da comunidade. Porém, considerando as quatro vertentes apresentadas por

FIPECAFI (2003), há divergências quanto à ênfase dada por cada um dos institutos a cada uma das vertentes.

Percebe-se que o modelo de relatório proposto pelo GRI demonstra preocupação maior com a (1) apresentação e análise de dados referentes a direitos humanos; (2) discriminação racial e social, (3) serviços comunitários e preservação e recuperação do meio ambiente. O relatório evidencia a preocupação mundial de garantir a boa utilização dos recursos naturais, permitindo boa qualidade de vida à população sem comprometer o futuro das próximas gerações, e incutindo valores de responsabilidade social de igualdade e a necessidade de prestação de serviço social.

O modelo apresentado pelo IBASE objetiva a análise do retorno sobre o investimento econômico empresarial. Este modelo inspira-se nos balanços financeiros, o que significa dizer que as informações nele contidas não levam em consideração planejamentos futuros. Em seu conteúdo são apresentados, com maior ênfase, os aspectos ou ações relativos ao ambiente de trabalho, suas relações e atividades desenvolvidas com os acionistas e a quantificação monetária destes itens.

Já o roteiro do Instituto Ethos tem sua atenção voltada, principalmente, para a ética empresarial, eficácia na disseminação de valores e princípios éticos e desenvolvimento sustentável, além da maioria dos outros indicadores apresentados pelo GRI e IBASE. A ética é abordada nas relações do dia-a-dia das organizações, permitindo obter êxito na criação de um ambiente social saudável em todos os aspectos, além de permitir o desenvolvimento da comunidade sem diminuir as chances das gerações futuras buscando o desenvolvimento de uma cultura baseada em princípios e valores éticos.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 Apresentação dos Resultados

O movimento cooperativista teve início na década de 1960 e a Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda. - COPAGRIL iniciou suas atividades em 01/09/1970. Em 31/12/2006, a empresa contava com 3.789 associados, 1.641 funcionários e faturamento bruto de R\$ 271.751.998,53, e era afiliada à Sudcoop e à Coodetec.

O Balanço Social tem por objetivo, além de informar a comunidade sobre as ações desenvolvidas pelas

empresas, fornecer um roteiro para futuras melhorias. Assim, apesar de a COPAGRIL elaborar o Balanço Social no modelo proposto pela OCEPAR-Organização das Cooperativas do Paraná, foi solicitado à Cooperativa que providenciasse o preenchimento das informações do relatório de Indicadores de Responsabilidade Social proposto pelo Instituto Ethos.

Os resultados obtidos são apresentados na mesma sequência proposta pelo Instituto Ethos. O relatório possui 40 indicadores, agrupados em 7 grandes grupos. Para cada indicador, o respondente escolheu o estágio que melhor se aplica a empresa, variando de intensidade de acordo com a importância e ênfase dada ao indicador. A variação pode variar de 'Estágio 1' à 'Estágio 4', sendo 1 (um) quando a empresa está na fase inicial e 4 (quatro) quando o indicador pode ser considerado institucionalizado. Além dos quatro estágios, o respondente pode optar por outras duas alternativas, as quais são (1) "Não vemos aplicação disso em nossa empresa" e (2) "Não havíamos tratado antes desse assunto".

Após a seleção da intensidade de cada estágio, são apresentadas questões para confirmar a indicação do estágio da empresa, as quais servem também como orientadoras para a implantação, implementação e institucionalização dos valores propostos em cada indicador.

A COPAGRIL afirmou ainda não haver tratado de temas como:

- valorização da diversidade e promoção da equidade racial e de gênero;
- compromisso com a equidade e não discriminação racial;
- compromisso com a promoção da equidade de gênero;
- relações com trabalhadores terceirizados;
- política de remuneração, benefícios e carreira;
- cuidados com a saúde, segurança e condições de trabalho;
- compromisso para o desenvolvimento profissional e empregabilidade;
- comportamento frente a demissões;
- preparação para a aposentadoria;
- trabalho infantil na cadeia produtiva;
- trabalho forçado ou análogo ao escravo;
- conhecimento de danos potenciais dos produtos e serviços; e
- financiamento da ação social.

Em entrevista à funcionários da empresa, os mesmos informaram que estes tópicos ainda não foram tratados

Enf.: Ref. Cont.	UEM-Paraná	v. 27	n. 3	p. 09 - 21	setembro / dezembro 2008
------------------	------------	-------	------	------------	--------------------------

pelo fato de a empresa elaborar o Balanço Social a pouco tempo e no modelo da OCEPAR a maioria destes indicadores não são abordados. Porém, os mesmos reconheceram a necessidade de se iniciar a discussão destes, e afirmaram que este assunto será levado ao conhecimento da Diretoria e que irão verificar a possibilidade de começarem a implantar tais discussões no dia-a-dia da empresa.

A seguir são apresentados os resultados obtidos pelo preenchimento do relatório e confirmados no entrevista e informações obtidas no site da empresa.

3.1.1 Auto-regulação da conduta através de valores, transparência e governança

Com relação à adoção e abrangência de valores e princípios éticos, a empresa encontra-se no segundo estágio, pois os valores e princípios da organização constam em um documento formal que conta com processo de difusão sistemático, com foco no público interno e a cargo de uma área responsável. Porém, o código de conduta da COPAGRIL não apresenta regras explícitas quanto ao relacionamento com agentes públicos, também não trata de corrupção ativa e passiva, não aborda atos de improbidade administrativa, fraudes em concorrência pública, relações com a comunidade, nepotismo, processos judiciais e arbitragem e prevenção e tratamento de fraudes. Além disso, a empresa não possui comitê responsável por questões éticas reconhecido externamente e não vincula expressamente a atuação das assessorias jurídica e contábil ao código de ética.

No que se refere à eficácia na disseminação dos valores e princípios éticos, a empresa está no terceiro estágio, pois a adoção desses valores e princípios é auditada e verificada periodicamente. Isto pode ser percebido no fato de os empregados estarem familiarizados com os temas e pressupostos contemplados no código de ética, e a estrutura organizacional ter desenvolvido procedimentos para lidar com denúncias e resolução de conflitos relacionados ao código de ética.

Com relação à estrutura organizacional e práticas de governança, a empresa está no primeiro estágio, pois além de atuar de acordo com a legislação em vigor, dispõe de conselho de administração e as demonstrações financeiras são auditadas por auditoria externa independente. A alta direção avalia periodicamente seus integrantes com sistemas formais, exige habilidades para o cargo dos membros nomeados e busca resolver dilemas éticos, sócio-ambientais e de direitos humanos. Mas, na COPAGRIL, a estrutura do conselho de

administração e auditoria externa independente não visa assegurar o controle da propriedade sobre a gestão.

Quanto às políticas de relacionamento com a concorrência, a entidade está no primeiro estágio, pois segue as práticas de preço e concorrência comuns ao mercado, cumpre a legislação e busca um posicionamento leal. Mas o código de conduta da empresa não aborda temas como concorrência leal e a empresa não expõe, publicamente, seus princípios em relação à concorrência e nem possui política de não utilização da demonstração dos defeitos ou deficiências dos produtos ou serviços dos concorrentes para promover seus produtos ou serviços.

No que diz respeito ao diálogo e engajamento com as partes interessadas, a empresa está no segundo estágio, pois mantém procedimentos de comunicação com estas partes de tal forma que ouve suas críticas e responde prontamente suas sugestões, apelos e demandas.

A COPAGRIL elabora anualmente o Balanço Social, descrevendo suas ações sociais e ambientais e incorpora aspectos quantitativos, o que garante que a mesma esteja no segundo estágio neste item. Porém, as informações sobre aspectos sociais e ambientais não são auditadas por terceiros, nem a empresa incorpora no balanço social críticas, sugestões e depoimentos de partes interessadas.

3.1.2 Diálogo e participação do público interno

Quanto a relações com Sindicatos, a organização está no terceiro estágio, pois além de permitir a atuação do sindicato no local de trabalho, fornece informações sobre as condições de trabalho, negocia com o conjunto de sindicatos das regiões em que atua benefícios comuns, fornece informações que afetem os trabalhadores em tempo hábil para que o sindicato e os trabalhadores se posicionem e, além disso, os dirigentes se reúnem periodicamente com os sindicatos para ouvir sugestões e negociar reivindicações, disponibilizando informações básicas sobre direitos e deveres da categoria tais como dissídio e contribuições sindicais.

Quanto ao envolvimento dos empregados na gestão, a empresa encontra-se no segundo estágio, por disponibilizar informações sobre a empresa e informações econômico-financeiras aos empregados, treinando-os no momento da admissão e no surgimento de novos produtos e serviços, através de seminários e palestras sobre novas políticas e

Enf.: Ref. Cont.	UEM-Paraná	v. 27	n. 3	p. 09 - 21	setembro / dezembro 2008
------------------	------------	-------	------	------------	--------------------------

estratégias, para que possam compreendê-las e analisá-las. Todos os integrantes de comissões, como a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes-CIPA, Comissão de Conciliação Prévia-CCP, de participação nos lucros e resultados, são eleitos pelos trabalhadores sem interferência da empresa e esta possui um processo estruturado de discussão e análise das informações econômico-financeiras com seus empregados, com o objetivo de prepará-los para contribuir com o comitê de gestão.

No tratamento da questão do compromisso com o futuro das crianças, a empresa está no terceiro estágio, pois tem programa específico para contratação de aprendizes, e oferece a estes boas condições de trabalho, aprendizado e desenvolvimento profissional e pessoal com acompanhamento, avaliação e orientação, e ainda discute com outras empresas, ou apresenta propostas práticas, para o combate ao trabalho infantil em seu setor ou de maneira geral, além disso, está em fase de difusão por apresentar preocupação com o programa de aprendizagem, buscando empregar os menores na própria empresa e, em caso de impossibilidade, confere oportunidades com empresas ou organizações parceiras.

No tratamento da questão, o número de menores aprendizes na empresa, nos últimos três anos eram, zero, seis e sete. O número de aprendizes contratados no término do contrato e a quantidade de autuações que a empresa recebeu do Ministério do Trabalho com relação a mão-de-obra infantil não foram informados.

Considerando o compromisso com o desenvolvimento infantil, a entidade está no primeiro estágio, pois segue a legislação de proteção à maternidade, proíbe qualquer tipo de discriminação à mulher gestante e a empregados com filhos menores de seis anos de idade em processos admissionais, de promoção ou mobilidade interna, faz acompanhamento periódico da cobertura vacinal, crescimento do desenvolvimento dos filhos dos empregados, e promove campanhas de imunização aos empregados e dependentes. E, além disso, oferece os seguintes benefícios: plano de saúde familiar, aos empregados registrados e aos trabalhadores terceirizados, bem como facilita a utilização de flexibilidade de horário de amamentação. Mas a empresa não tem um acompanhamento médico, nutricionista e psicológico em pré-natal, na infância dos filhos de seus empregados e não se envolve na elaboração, aperfeiçoamento, execução e controle de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos da infância.

Os dados quantitativos que abrangem a relação de empregados em regime CLT de contratação, dos empregados terceirizados, dos empregados autônomos ou comissionados, não foram informados.

3.1.3 Responsabilidade frente às gerações futuras

Considerando o compromisso com a melhoria da qualidade ambiental, a empresa está no quarto estágio, pois leva em conta os princípios e as oportunidades, relacionadas à sustentabilidade ambiental, através da relevância e responsabilidade com os impactos ambientais resultantes de sua atividade, com a disponibilização de pessoa responsável e o envolvimento da mesma nas decisões estratégicas, com a busca de ultrapassar a obrigatoriedade nas relações, contribuindo com a preservação da biodiversidade e, ainda, discute com o governo e a comunidade a questão ambiental, proibindo a exploração ilegal.

Quanto à educação e conscientização ambiental, a entidade está no terceiro estágio, pois desenvolve campanhas sobre as mesmas para o público interno e externo à organização, visando à redução e educação do consumo de recursos naturais, tais como a água e a energia.

No que diz respeito ao gerenciamento do impacto no meio ambiente e do ciclo de vida dos produtos e de serviços, a empresa está no segundo estágio por cumprir com a obrigação legal nos processos de elaboração, de compra, venda, uso e destinação de seus produtos, e ter controle regular sobre estas atividades. Além disso, busca interagir com as partes interessadas, através de conscientização do uso e consumo dos produtos, e busca informações para saber quais são os impactos causados por seus produtos, bem como, gerencia o processo, os produtos ou serviços que fornece e possui planos de ação quanto aos riscos que apresentam e treina seus funcionários para enfrentar a situação.

Quanto à sustentabilidade da economia florestal a empresa se enquadra no segundo estágio, pois, possui política de verificação da origem da cadeia de produção, prioriza e incentiva fornecedores que também estão engajados neste assunto.

No que se refere à entrada e saída de materiais, a entidade está no segundo estágio, pois, através do investimento de atualização do padrão tecnológico, a organização busca o aumento da eficiência no consumo energético e a redução do consumo hídrico.

Enf.: Ref. Cont.	UEM-Paraná	v. 27	n. 3	p. 09 - 21	setembro / dezembro 2008
------------------	------------	-------	------	------------	--------------------------

Em relação às entradas e saídas de materiais, o consumo anual de energia em KWH, nos três últimos anos, vem aumentando, de dezoito mil para vinte mil e para trinta mil em função do desenvolvimento da empresa. Porém os dados do total investido em programas e projetos e o percentual do faturamento bruto gasto em melhoria ambiental não foram informados, bem como os relacionados ao consumo anual de combustíveis fósseis.

3.1.4 Seleção, avaliação e parceria com fornecedores

No que diz respeito aos critérios de seleção e avaliação de fornecedores, a organização está no segundo estágio, pois seleciona os fornecedores que contemplam critérios éticos no aspecto fiscal e de Direitos Humanos, garantindo a procedência e a confiabilidade de seus produtos e possui relação com o mercado em geral para viabilizar os processos éticos. Além disso, está expandindo o processo para selecionar os fornecedores que demonstram responsabilidades ambientais. As informações quantitativas, referentes ao número total de fornecedores, nos anos de 2004, 2005 e 2006 eram de 3.900, 4.000 e 4.200 respectivamente, e o total pago por bens, materiais e serviços adquiridos no período foi de R\$ 246.396.385,00, R\$ 249.011.829,00 e de R\$ 271.076.919,00.

No que se refere ao apoio ao desenvolvimento de fornecedores, a empresa está no quarto estágio, pois contribui com os fornecedores que praticam o comércio justo, possibilita o crescimento independente da parte interessada, busca formar redes ou cooperativas de pequenos fornecedores para adequá-los a novos padrões de fornecimento, bem como visa uma relação de parceria com estes usuários.

3.1.5 Dimensão social do consumo

Quanto à política de comunicação comercial na criação de uma imagem de credibilidade e confiança, a COPAGRIL encontra-se no segundo estágio, pois possui uma política de comunicação formal que realiza análise prévia do material de comunicação, destinado aos consumidores e clientes, que envolvam rótulos, embalagens, bulas, manuais de operação, instruções de uso, termos de garantia e peças publicitárias, afim de tornar mais transparente o relacionamento e mais seguro o uso de seus produtos, e os informa de qualquer alteração que possa ocorrer nos produtos ou serviços. Além disso, encontra-se em fase de desenvolvimento por possuir consciência de seu papel na formação de valores e princípios éticos no consumo, fazer análise prévia de

peças publicitárias para verificar sua conformidade, bem como para verificar a conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Quanto ao seu compromisso com a qualidade dos serviços de atendimento ao consumidor, a organização está no quarto estágio, pois promove melhorias contínuas de atendimento, priorizando o diálogo através de treinamentos contínuos de seus profissionais para uma relação ética e de respeito aos direitos do consumidor, possui política explícita de não-suborno, prioriza o engajamento das partes interessadas através de um ouvidor do consumidor, de atendimento ao cliente de forma especializada para receber ou encaminhar sugestões e reclamações e adverte, continuamente, seus profissionais de atendimento sobre a importância de procedimentos éticos na manutenção e uso das informações de caráter privado.

3.1.6 Relações com a comunidade local

No gerenciamento de possíveis impactos na vida da comunidade, a empresa está no primeiro estágio por tomar medidas reparadoras em resposta a reclamações e manifestações desta, reconhecê-la como parte interessada importante em seus processos decisórios, contemplar os relacionamentos com ela em seu código de conduta, investir para aprimorar o desenvolvimento socioeconômico desta e possuir processos de conscientização e treinamento de seus empregados para respeitarem os valores, conhecimento e práticas locais tradicionais. Apesar disto tudo, nos últimos três anos, a empresa recebeu reclamações quanto ao excesso de lixo, geração de mau cheiro, efluentes e outras formas de poluição, mas buscou a resolução de tais problemas. Porém, a empresa, não possui uma política formal de antecipar-se a demandas da comunidade, de informá-la sobre atuais e futuros planos e impactos de suas atividades, de envolvimento da comunidade na resolução dos problemas, e ainda não possui política formal de relacionamento com a comunidade para analisar suas atividades e monitorar seus impactos.

Quanto às relações com organizações locais, a entidade está no primeiro estágio, pois conhece apenas superficialmente suas atividades e responde pontualmente a eventuais pedidos de apoio. A empresa não atua em parceria com entidades locais buscando influenciar políticas públicas para maximizar sua contribuição para o desenvolvimento local.

No que concerne ao financiamento da ação social, a empresa visa sua participação, pois inclui a ação

social e seus responsáveis no processo geral de planejamento estratégico.

Em relação ao envolvimento com a ação social, a organização está no primeiro estágio, por doar produtos e recursos financeiros, por ceder instalações, por mobilizar o trabalho voluntário de seus empregados e desenvolver projetos sociais próprios. Mas não envolve organizações ou lideranças locais no desenho e na implementação dos projetos sociais, e, não intercede perante outros organismos, públicos ou privados, pela concretização desses projetos.

3.1.7 Transparência política

Quanto às contribuições para campanhas políticas, a empresa não vê aplicação deste item em seu contexto.

Na relação com autoridades, agentes e fiscais do poder público, a empresa encontra-se no terceiro estágio, pois tem o compromisso público de combate à corrupção e propina, com medidas punitivas aos colaboradores e empregados envolvidos no favorecimento a agentes do poder público. Possui normas escritas divulgadas amplamente que contemplam não apoio e participação em processos que objetivam a manipulação de editais de concorrência pública ou privada, não teve seu nome mencionado na imprensa nos últimos cinco anos pela prática de propina ou de corrupção de agentes públicos e mantém procedimentos formais de controle, punição e auditoria em caso de ocorrência.

No que concerne à liderança e influência social, a empresa está no terceiro estágio. Possui participação ativa e contribui com recursos humanos ou financeiros em processos de elaboração de propostas de interesse público e caráter sócio-ambiental, por meio de interação com instituições de ensino para obter melhoria da qualificação da mão-de-obra, e estimula e patrocina projetos de desenvolvimento de pesquisa e tecnologia, interagindo ativamente com a comunidade acadêmica e científica.

Em relação à participação em projetos sociais governamentais, a empresa está no segundo estágio, por contribuir com o poder público na realização de eventos e atividades pontuais.

3.2 Análise dos Resultados

Através da análise do relatório do roteiro preenchido pela COPAGRIL, percebe-se que esta demonstra desenvolver suas atividades com responsabilidade e

compromisso, visando tanto o bem estar comunitário quanto o pessoal. Além disso, desempenha ações que superam a obrigatoriedade, ou seja, ela desenvolve trabalho social que supera as exigências legais e, desta forma, alcança um compromisso responsável e espontâneo junto à comunidade.

No indicador de Valores, Transparência e Governança, a empresa encontra-se na fase inicial, abrangendo principalmente o estágio dois. Demonstra assim, que possui princípios e valores que garantem a regulação de suas atividades, visando obter eficácia na disseminação e abrangência dos valores e princípios éticos e nas práticas de governança, e informa as atividades sociais desenvolvidas e as relações que ocorrem com transparência.

Quanto ao Público Interno, no diálogo e participação que abrangem sindicatos e a gestão participativa, a empresa está em fase avançada, evidenciando com isto, preocupação com o desenvolvimento de seus funcionários, para prover sua satisfação e melhorar seu desempenho. E, quanto ao respeito ao indivíduo, a empresa está envolvida principalmente com o futuro das crianças para garantir o bem estar das gerações futuras. Nos indicadores do grupo referentes ao respeito ao indivíduo e ao trabalho decente, a empresa não monitora estes dados, pois o sistema não está preparado para conter estas informações, porém este está em processo de mudanças o que possibilitará o registro e monitoramento destes indicadores.

No que se refere ao Meio Ambiente, a entidade está em fase avançada, pois demonstra ter compromisso com a melhoria da qualidade e educação ambiental, e com o monitoramento dos impactos causados por seus produtos e serviços, para garantir a preservação, conservação e uso eficiente dos recursos naturais disponíveis através da otimização de processos que possibilitam para as gerações futuras um ambiente saudável e agradável.

Quanto aos Fornecedores a entidade demonstra ter conhecimento de apenas dois dos quatro indicadores, dos quais, em um deles, está no segundo estágio e no outro, no quarto. Ou seja, encontra-se em fase inicial ao selecionar e avaliar seus fornecedores. No tocante ao apoio ao desenvolvimento de fornecedores, por ser uma cooperativa de pequenos produtores rurais, esta demonstra estar em estágio avançado, pois apóia o desenvolvimento de seus fornecedores com igualdade e envolve-os em projetos sociais, atendendo, assim, as necessidades da sociedade com legalidade e espontaneidade, proporcionando seu desenvolvimento social e ambiental, garantindo-lhe qualidade de vida.

Quanto aos Consumidores e Clientes, a empresa apresenta-se em fase avançada, pois desenvolve procedimentos específicos de comunicação, e atende os consumidores e clientes com excelência através de informações que deixam claro e evidente qualquer alteração que possa ocorrer em seus produtos e serviços, proporcionando segurança e bem estar a sociedade, e a criação de uma imagem de credibilidade e confiança que evita desconfortos futuros.

Já nos indicadores que tratam da Comunidade, a entidade está em fase inicial no processo de relações com comunidade e organizações locais e a ação social, pois visa atender reclamações possíveis a eventuais impactos e tem o compromisso de desenvolver projetos sociais próprios para prevenir ou remediar possíveis danos causados a comunidade de entorno.

Quanto ao Governo e a Sociedade, a empresa está em fase avançada, pois procura evitar envolvimento com corrupção e propina, visando seu combate, tanto no ambiente interno como no externo; procura ter liderança e influência social, bem como participar de projetos sociais governamentais com contribuições de recursos humanos e/ou financeiros, atendendo a propostas de interesse público e de caráter sócio-ambiental, e à projetos públicos e solicitações das autoridades, possibilitando o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias que melhoram o conhecimento populacional e sua qualificação, obtendo assim melhoras contínuas.

Estas medidas, tomadas pela organização, objetivam ampliar o compromisso com a comunidade para lhe proporcionar maior qualidade de vida, através de produtos e serviços qualificados e com responsabilidade ambiental, socioeconômico e social, que estejam em conformidade com valores e princípios éticos, e em fase de adaptações e de melhoras contínuas para proporcionar um desenvolvimento saudável e sustentável.

4 CONCLUSÕES

Retomando a questão de pesquisa, é possível afirmar que a COPAGRIL demonstra compromisso com a responsabilidade social de acordo com os indicadores do Instituto Ethos.

Dos modelos apresentados, buscou-se analisar e evidenciar as similaridades e divergências entre os mesmos, evidenciando que o modelo de relatório do GRI destacou-se pela preocupação com o meio

ambiente, discriminação racial e de gênero e serviço voluntário; o do IBASE, pela maior ênfase a evidenciação do retorno econômico; e o do Instituto Ethos, pela abordagem e apresentação dos dados visando a transparência e a ética, e permitindo uma análise mais profunda do compromisso da entidade com a sociedade.

A COPAGRIL elabora e apresenta o Balanço Social, porém, não em total conformidade com o modelo proposto pelo Instituto Ethos, mas sim, de acordo com modelo fornecido pela OCEPAR, especialmente desenvolvido para cooperativas. Ambos os modelos primam pela evidenciação e valorização das ações sociais, já que a empresa é uma Organização que visa atender as necessidades da sociedade atual, sem comprometer às das gerações futuras, ultrapassando a parte legal, atingindo seriedade e espontaneidade.

Porém, o modelo proposto pelo Instituto Ethos possibilita à empresa a discussão de indicadores que ainda não são abordados no dia-a-dia da empresa, bem como uma possível comparação com empresas de outros setores econômicos.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, D.C.dos R., et. al. Responsabilidade Social Empresarial: uma análise dos Balanços Sociais das Sociedades Anônimas de Capital Aberto. **Congresso nacional Enanpad 30º**, Salvador Bahia, 2006.

BEUREN, I.M., et. al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BONATTO, A., MAUSS, C.V., MAGALHÃES, J.M.de. Ética e Responsabilidade Social: um estudo comparativo do balanço social da empresa Eletrocar. **Congresso nacional Enanpad 31º**, Rio de Janeiro, 2007.

CIPOLA, F.C.; NOGUEIRA, H.G.P.; FERREIRA, A.F.R. Avaliação do Desempenho Social: Uma Discussão Apoiada em Análise Envoltória de Dados (DEA) em Empresas Siderúrgicas no Brasil. **Anais do 8º Congresso USP de Contabilidade**. 2008.

Comissão das Comunidades Europeias. **Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas**. Bruxelas, 2001.

Enf.: Ref. Cont.	UEM-Paraná	v. 27	n. 3	p. 09 - 21	setembro / dezembro 2008
------------------	------------	-------	------	------------	--------------------------

DIAS, L.N.da S., SIQUEIRA, J.R.M.de, ROSSI, M.Z.G. **Balanço Social: a Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) em Empresas Brasileiras. Congresso nacional Enanpad 30º**, 2006. Salvador Bahia. 2006.

ESTEVES, A.M.C. et. al. **Guia de Elaboração do Balanço Social**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 09 jun 2007

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GRI - *Global Reporting Initiative*. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>> Acesso em: 14 jul 2007.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanço Social anual das cooperativas**. Disponível em: <<http://www.ibase.com.br>> Acesso em: 12 jul 2007.

Instituto Ethos, **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 07 maio 2007

KRAEMER, M.E.P. **Responsabilidade Social - Uma alavanca para a sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.gestaoambiental/recebidos/>> acesso em: 10 maio 2007.

KROETZ, C.E.S. **Balanço Social: Teoria e Prática**, São Paulo: Atlas, 2000.

LUCA, M.M.M. de. **Demonstração do Valor Adicionado**, São Paulo: Atlas, 1998.

SANTOS, A.dos, **Demonstração do Valor Adicionado: Como elaborar e analisar a DVA**, São Paulo: Atlas, 2003.

TINOCO, J.E.P. **Balanço Social**. Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2006.

WISSMANN, M.A. Uma proposta para a elaboração do Balanço Social. **CAP Accounting and Management**, v.1, n.1, p. 52-58, 2006.

Endereço dos Autores

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon.
Rua Pernambuco, 1777 - Centro
Marechal Candido Rondon, PR - Brasil
85960-000.